

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| À MINHA COLIGAÇÃO DE AMIGOS | 7 |
| PREFÁCIO – GUSTAVO TEPEDINO..... | 13 |
| INTRODUÇÃO | 19 |
| 1. A leiteira, a bilha de leite e o problema dos lucros cessantes na responsabilidade civil..... | 19 |
| 2. Proposta de trabalho | 31 |
| I. A CONSTRUÇÃO DOGMÁTICA DOS LUCROS CESSANTES | 35 |
| 1. A fragmentação da teoria dos danos: a explosão de danos indenizáveis | 35 |
| 2. As sequelas da explosão para a responsabilidade civil | 43 |
| 3. A composição do dano patrimonial: dano emergente e lucro cessante | 50 |
| 4. Dano emergente vs. lucro cessante: critérios distintivos | 58 |
| 4.1 Critério temporal: a (equivocada) identificação da figura do lucro cessante com a do dano futuro | 58 |
| 4.2 Critério econômico: a (equivocada) identificação da figura do lucro cessante com a utilidade da qual o lesado ainda não pode dispor .. | 64 |
| 4.3 Critério da diferença: a (equivocada) identificação da figura do dano emergente com o resultado entre duas situações reais..... | 66 |
| 4.4 Critério funcional | 68 |
| 5. A expressão “lucro cessante” | 71 |
| 6. Requisitos do lucro cessante ressarcível..... | 74 |
| 6.1 A injustiça do dano: o lucro cessante decorrente de ofensa a interesse juridicamente tutelado..... | 75 |
| 6.2 A imediatidade do dano: o papel do nexa causal na delimitação do lucro cessante | 79 |
| 6.3 A certeza do dano: a prova do lucro cessante indenizável | 86 |
| II. DELIMITAÇÃO PERANTE FIGURAS PRÓXIMAS..... | 99 |
| 1. Lucros cessantes: delimitação perante figuras próximas..... | 99 |
| 2. A responsabilidade civil por perda de uma chance | 100 |

| | | |
|------|--|-----|
| 2.1 | A qualificação problemática da chamada perda de uma chance | 105 |
| 2.2 | As tentativas de sistematização da teoria no Brasil | 110 |
| 2.3 | Perda de uma chance vs. lucro cessante | 116 |
| 3. | Interesse positivo e negativo | 125 |
| 3.1 | A composição do interesse positivo | 142 |
| 3.2 | A composição do interesse negativo | 145 |
| 4. | O “dano de privação de uso” | 149 |
| 5. | Dano moral sofrido por pessoa jurídica | 160 |
| 6. | Juros moratórios | 168 |
| III. | CRITÉRIOS VALORATIVOS | 175 |
| 1. | Os principais critérios adotados pela jurisprudência nacional na reparação dos lucros cessantes | 175 |
| 1.1 | A experiência pretérita do lesado | 177 |
| 1.2 | A comparação de mercado | 181 |
| 1.3 | A utilização do salário mínimo como critério para a quantificação dos lucros cessantes | 183 |
| 2. | O lucro da intervenção como critério para a reparação dos lucros cessantes | 193 |
| 2.1 | A dificuldade no enquadramento dogmático do lucro da intervenção | 198 |
| 2.2 | Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa: similitudes na estrutura, diversidade de função | 203 |
| 2.3 | A obrigação de restituir o lucro da intervenção como manifestação de pretenso caráter punitivo | 213 |
| 2.4 | A <i>ratio</i> do art. 210 da Lei 9.279/1996 e sua aplicação | 220 |
| 3. | Crítica aos critérios consolidados: avaliação estática dos lucros cessantes | 227 |
| IV. | AVALIAÇÃO DINÂMICA DOS LUCROS CESSANTES | 229 |
| 1. | A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: reflexos na dicotomia público-privado | 229 |
| 2. | A incidência do postulado normativo da razoabilidade na reparação dos lucros cessantes | 236 |
| 3. | A reparação dos lucros cessantes na jurisprudência: a razoabilidade como sinônimo de bom senso | 244 |
| 4. | Especializações funcionais e significados da razoabilidade: a concretização do postulado em três vertentes | 250 |
| 5. | Razoabilidade como equidade | 261 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 5.1 | O julgador deve investigar o que normalmente acontece..... | 270 |
| 5.2 | O julgador deve observar o aspecto individual do caso concreto .. | 279 |
| 6. | Razoabilidade como congruência | 283 |
| 6.1 | O julgador deve analisar a correspondência entre o critério de diferenciação escolhido e a medida adotada..... | 285 |
| 6.2 | O julgador deve avaliar o suporte empírico existente..... | 293 |
| 7. | Razoabilidade como equivalência | 297 |
| 7.1 | O julgador deve descontar eventuais despesas operacionais e outros gastos que o lesado teria em condições normais..... | 302 |
| 7.2 | O julgador deve descontar eventuais benefícios trazidos pelo evento danoso | 308 |
| 8. | Principais restrições legais à equivalência..... | 317 |
| 8.1 | Redução da indenização por excessiva desproporção entre a culpa e o dano | 318 |
| 8.2 | Redução equitativa da indenização na responsabilidade dos incapazes | 325 |
| 9. | Avaliação dinâmica dos lucros cessantes: a aplicação das vertentes da razoabilidade a casos concretos..... | 327 |
| 9.1 | Primeiro caso: o atraso na entrega de caminhões | 327 |
| 9.2 | Segundo caso: a promessa de emprego no Japão | 330 |
| 9.3 | Terceiro caso: o acidente no posto de gasolina | 337 |
| 10. | Por uma reparação integral dos lucros cessantes: do bom senso à razoabilidade | 339 |
| | REFLEXÕES FINAIS..... | 345 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 359 |
| | ANEXO DE JURISPRUDÊNCIA | 383 |